

Independência reiterada

Será necessário aguardar ainda o discurso com que o senador Fernando Henrique Cardoso se despedirá de seus colegas do Senado para conhecer em pormenor "as linhas das transformações" que para o presidente eleito devem ser feitas. Isso não impede que se encontrem em seu pronunciamento da última quinta-feira algumas diretrizes que, por sua seriedade, desde já começam a encontrar reação em alguns setores.

A primeira dessas orientações de governo, e não há por que se surpreender com ela, é que o País deverá enfrentar um período de austeridade. Por mais que se queira revestir o conteúdo da palavra de ardor patriótico, ela em si é pesada o suficiente para que se a entenda como sacrifícios que se pedirão a todos — e esperamos que desta vez sejam todos a compartilhá-los. Austeridade que será, pelo que se pode ver da fala do presidente eleito, uma via de duas mãos: uma leva ao convencimento da população da necessidade do processo de reformas; outra traz ao governo a consciência da "necessidade de mudar de rumo" quando isso for preciso. Se essa declaração de intenções corresponder depois de janeiro à realidade dos fatos, poder-se-á esperar que a austeridade, por angusto que seja o caminho a percorrer, não se transforme em uma camisa-de-força a impedir o desenvolvimento do País.

Pelo pronunciamento do presidente tem-se a clara impressão de que a grande preocupa-

ção do senador Fernando Henrique é com seu relacionamento com os governadores de Estado: "Quero reafirmar minha disposição de trabalhar com todos os governadores [para] discutir os problemas nacionais e encaminhar junto com os governadores a solução dos problemas dos Estados". Que não são pequenos, diga-se de passagem. Eles vão desde os que se colocam para aquelas unidades da Federação que, por ser criações artificiais da política partidária mais paroquial e personalista, lutam para buscar encontrar condições de sobrevivência econômico-financeira autônoma que as liberte da dependência de viver quase exclusivamente das transferências da União, até os problemas que submergem, por sua magnitude, Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses são o centro das preocupações das atuais autoridades financeiras empenhadas em sanear os bancos estatais desses Estados. Esses bancos, como se sabe, estão em situação difícil porque os governos estaduais aprenderam a sacar contra eles a descoberto... e o Banco Central se viu sempre obrigado a socorrê-los a fim de evitar o pior.

Esse relacionamento com os governadores — e não tocamos no problema do Nordeste e



da seca, que deverá ser tratado com urgência, mas sem as interferências da política oligárquica da região — não se impõe ao presidente eleito como indispensável porque pense assim; a rigor, muito do programa de estabilização financeira dependerá da vontade de os governadores enfrentarem as oposições internas, que surgirão na medida em que se dispuserem a colocar em dia as finanças estaduais — à custa, em muitos casos, de vencer a resistência ideológica e corporativa

dos que se opõem à privatização de empresas estatais sem razão nenhuma de ser — e, não será preciso insistir, rever os critérios de organização da máquina administrativa. O presidente fez apelo direto aos governadores: depois de mostrar mais uma vez o quanto o preocupam os bolsões de miséria no País, pediu aos novos eleitos que se unam a ele para pôr fim a esse estado de coisas.

Há outro ponto que é necessário ressaltar, e sobre o qual vimos insistindo há tempo: a maneira pela qual o presidente se dispõe a compor seu ministério e quantos cargos e funções se fizerem necessários. Quinta-feira, o futuro chefe de Estado voltou a insistir em que só no final de dezembro anunciará os nomes daqueles que o acompanharão. S. Exa. sabe que mui-

to se fala e especula; divertindo-se, deixa que a bolsa de nomes venda quantos papéis quiser. "Eu disse que ninguém fala por mim, a menos que eu tenha dito expressamente que vai falar". Sepultem-se, pois, as ambições; apenas em dezembro se conhecerão os nomes, apesar da pressão que os partidos possam vir a exercer. Aliás, o senador Fernando Henrique Cardoso não está preocupado com nomes: pensa primeiro, nos projetos que devem ser executados, no formato de

O presidente eleito reiterou sua preocupação com a crise dos Estados e independência dos partidos

leis para atender as necessidades do País. Só depois de ter feito seu plano de governo e colocado no organograma uma porção de quadradinhos em branco é que se preocupará com saber quem é o melhor para este lugar e não aquele. O critério do melhor são a competência técnica e a "condição política" — expressão carecendo de explicação, mas que exclui, por quanto se conhece do antigo ministro do Exterior e da Fazenda, a submissão ou o acordo com partidos para ter votos no Congresso.

Esperemos o discurso no Senado; então, se saberá quais são os rumos que se pretenderá imprimir ao País nos próximos quatro anos, e como chegar aos objetivos fixados.